



CNPJ: 13.187.745 / 0001 - 53
NIRE: 2930006886 - 1

CONTRATO Nº 01 /2022

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA USO DO TERMINAL PESQUEIRO PÚBLICO DE ILHÉUS, BAHIA, DESTINADO AO PROCESSAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE PESCADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A BAHIA PESCA S/A E A NORTE ICE COMÉRCIO DE GELO LTDA.

Pelo presente instrumento, a **BAHIA PESCA S/A**, sociedade de economia mista, vinculada à Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura – SEAGRI, sediada na Avenida Adhemar de Barros, nº 967, Ondina, Salvador, Bahia, CEP: 40.170-110, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.187.745/0001-53 neste ato representada pelo seu Diretor Presidente, Sr. **MARCELO SAMPAIO OLIVEIRA**, inscrito no CPF/MF sob o nº 461.501.615-87 e por seu Diretor Técnico, Sr. **VALTER ANDRADE DA SILVA JUNIOR**, inscrito no CPF/MF sob o nº 855.834.055-20, doravante designada **CONTRATANTE**, e a empresa **NORTE ICE COMÉRCIO DE GELO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 35.403.046/0001-36, situada na Avenida Coronel Misael Tavares, nº 153, Centro, Ilhéus, Bahia, CEP: 45.653-650, neste ato representada legalmente por seu sócio, o Sr. **CAIO ROCHA CARVALHO**, inscrito no RG nº 1332676286, SSP-BA e CPF nº 058.561.645-04, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista a Homologação da Licitação de **Procedimento Similar ao Pregão Presencial nº 05/2021, Processo SEI/BA: 032.4933.2021.0002329-64**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO** que será regido pelas disposições do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da BAHIA PESCA S.A., Lei nº 13.303/2016, Lei Complementar nº 123/2006 (ME e EPP) e pelas cláusulas e condições seguintes e demais normas pertinentes, as quais aceitam, ratificam e outorgam:

CAIO R

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL À CONTRATAÇÃO E À EXECUÇÃO DO CONTRATO

Av. Adhemar de Barros, 967 – Edif. Bahia Pesca – Ondina – Salvador/Bahia CEP: 40.170-110 – Tel.: 3116-7100



(Handwritten signature)



CNPJ: 13.187.745 / 0001 – 53
NIRE: 2930006886 – 1

1.1. O presente instrumento é celebrado com fundamento na Constituição Federal de 1988; no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da BAHIA PESCA S.A. (RILC); na Lei nº 13.303/2016 - sendo esta utilizada para dirimir os casos omissos -, subsidiariamente, especialmente a do Código Civil Brasileiro; Lei Complementar nº 123/2006 (ME e EPP); **Processo Administrativo nº 032.4933.2021.0002329-64 e Edital de Licitação – Processo Similar ao Pregão Presencial nº 05/2021.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. Contratação de empresa especializada para uso do Terminal Pesqueiro Público de Ilhéus, Bahia, destinada ao processamento e comercialização de pescado, nos termos previstos no **Edital de Licitação – Processo Similar ao Pregão Presencial nº 05/2021.**

2.2. Integram este Contrato, independentemente de transcrições, a Proposta da CONTRATADA, o **Edital nº 05/2021**, na forma das especificações constantes do Termo de Referência e demais documentos integrantes do **Processo Administrativo SEI/BA nº 032.4933.2021.0002329-64**, como se estivessem integral e expressamente reproduzidos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. Empreitada por preço global.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1. O valor total do presente instrumento é de **R\$ 193.000,00 (cento e noventa e três mil reais)**, que corresponde à remuneração devida pela CONTRATADA à BAHIA PESCA S/A pela execução do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado à Bahia Pesca S/A **até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente**, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATANTE.

5.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação pertinente,

CAIRO



CNPJ: 13.187.745 / 0001 - 53
NIRE: 2930006886 - 1

caso se aplique.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTAMENTO CONTRATUAL

6.1. O preço ajustado neste contrato poderá ser corrigido a cada doze 12 (doze) meses, caso o Contrato seja prorrogado, com base na variação do **INPC**, ou na falta deste, qualquer outro Índice Oficial e que mais eficientemente elida os efeitos inflacionários da Moeda Corrente Nacional, desde que seja comprovado que o valor do contrato permanecerá economicamente vantajoso para a Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO

8.1. O presente instrumento é celebrado por prazo determinado, com vigência de **05 (cinco) anos**, contados a partir da data de assinatura deste termo, podendo ser prorrogado por interesse das partes nos termos do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da BAHIA PESCA S.A (RILC), mediante celebração de termo aditivo.

8.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina **do art. 145 do RILC**, devendo ser comprovado que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação.

8.3. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

8.4. A execução dos serviços será iniciada a partir da assinatura do Contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGACÕES DA CONTRATADA

9.1. Além das obrigações avençadas neste instrumento, a CONTRATADA obriga-se a:

- a) Executar fielmente o objeto deste contrato, com pontualidade, presteza e qualidade, cumprindo, durante a execução deste instrumento, todas as obrigações assumidas, bem como todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais;
- b) Responsabilizar-se pela boa execução dos serviços contratados, zelando sempre pelo interesse público, sem prejuízo da sua autonomia técnica-profissional, garantindo à Administração



Cópia



CNPJ: 13.187.745 / 0001 - 53
NIRE: 2930006886 - 1

Pública o ressarcimento de eventuais prejuízos, em caso de má execução ou inexecução dos serviços contratados, em que fique configurada a culpa ou dolo da parte CONTRATADA;

c) Manter a BAHIA PESCA S.A. informada do andamento da prestação de serviços devendo comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade que interfira no bom desenvolvimento dos serviços objeto do presente Contrato;

d) A CONTRATADA é responsável pelos Encargos Trabalhistas, Previdenciários, Fiscais e Comerciais resultantes da execução do Contrato;

e) Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de Habilitação e Qualificação exigidas na Contratação;

f) Toda mão-de-obra necessária ao Objeto do Contrato deverá ser fornecida pela CONTRATADA, que se obriga ao fiel cumprimento de todas as obrigações e exigências decorrentes da Legislação Trabalhista, de Previdência Social e de Seguro pela qual é responsável;

g) Assegurar que os integrantes da Equipe Técnica serão os profissionais que efetivamente irão executar e assumir a Responsabilidade Técnica pela Execução dos Serviços, bem como submeter previamente ao CONTRATANTE eventual alteração pretendida no que se refere à composição da Equipe Técnica, cumprindo à CONTRATADA assegurar integral observância das condições exigidas;

h) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

i) Atender com Presteza as reclamações sobre a Qualidade dos Serviços executados, providenciando sua imediata correção, sem ônus para o CONTRATANTE;

j) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

k) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

l) Arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado ao



Caio R.



CNPJ: 13.187.745 / 0001 - 53
NIRE: 2930006886 - 1

CONTRATANTE e/ou a terceiros, por sua culpa ou em consequência de erros, imperícia própria ou de Pessoas que estejam sob sua responsabilidade, na execução dos Serviços Contratados;

- m) Efetuar pontualmente o pagamento de todos os Tributos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do Objeto do presente Contrato, bem como observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal relativas aos Serviços prestados;
- n) Exibir a comprovação de todos os recolhimentos e atualização de todos os encargos referidos nas alíneas anteriores, toda vez que vier receber quaisquer valores do CONTRATANTE, sob pena de retenção, enquanto não satisfizer tais obrigações;
- o) Realizar o pagamento pela execução deste Objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGACÕES DA BAHIA PESCA S.A.

10.1. O CONTRATANTE, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

- I. Fornecer à CONTRATADA os elementos indispensáveis ao cumprimento do Contrato no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura;
- II. Proceder à publicação resumida do instrumento de contrato e de seus aditamentos, na imprensa oficial, no prazo legal;
- III. Exigir, visando à atualização periódica do cadastro, a apresentação pela CONTRATADA de documentos comprobatórios de mudança de endereços, telefones, composição societária, endereço dos sócios, contratos sociais e alterações;
- IV. Exigir, mensalmente, da CONTRATADA o comprovante de pagamento de salários, contribuições previdenciárias e recolhimentos de FTGS, para arquivamento e controle;
- V. Enviar ofício aos órgãos federais encarregados da fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, especialmente ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego – SRTE, comunicando a celebração e/ou prorrogação do contato administrativo de prestação de serviços;
- VII. Manter arquivo documental de todos os atos praticados desde a abertura da licitação até o término do contrato, inclusive os processos de reajustamento e revisão, bem como os dissídios, convenções ou acordos coletivos firmados.



Carla R



CNPJ: 13.187.745 / 0001 – 53
NIRE: 2930006886 – 1

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

11.1. A gestão e fiscalização do Contrato serão realizadas pela CONTRATANTE, para verificação do cumprimento das Cláusulas Contratuais, e terão poderes para verificar e exigir o seu fiel cumprimento, sendo que sua ausência ou eventual omissão não eximirá a CONTRATADA dos compromissos e obrigações assumidas perante a CONTRATANTE.

11.2. Ficam indicados como gestor deste Contrato o servidor **Walter Ramagem Badaró Júnior**, matrícula: **32010626** e como fiscal o servidor **Carlos Alberto Marques Campos**, matrícula: **92035076**.

11.3. Compete à Fiscalização, dentre outras atribuições:

- a) transmitir à **CONTRATADA** as determinações que julgar necessárias;
- b) comunicar à **CONTRATADA** quaisquer defeitos ou irregularidades encontradas na execução deste Contrato, estabelecendo prazos para que os mesmos sejam regularizados;
- c) recusar os materiais que não tenham sido fornecidos de acordo com as condições especificadas neste Contrato;
- d) comunicar à **CONTRATADA** quaisquer defeitos ou irregularidades encontrados no fornecimento dos materiais, estabelecendo prazos para que os mesmos sejam regularizados.
- e) exigir a substituição dos materiais fornecidos que tenham sido recusados por inconsistências ou irregularidades observadas em desrespeito ao determinado no presente instrumento ou mesmo na proposta apresentada durante o processo licitatório.

11.4. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do contratante, não eximirá a contratada de total responsabilidade na execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS VEDACÕES

12.1. É vedado à **CONTRATADA**:



Carlo R



CNPJ: 13.187.745 / 0001 - 53
NIRE: 2930006886 - 1

a) Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 145 e seguintes do RILC;

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato;

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

14.1. O descumprimento pela Contratada de qualquer das Obrigações previstas neste Contrato, sem justificativa expressamente aceita pela Contratante, sujeitará a CONTRATADA a todas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo da Responsabilidade Civil e Criminal, tais como:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Suspensão da Participação em Licitações da Contratante pelo período de até 05 (cinco) anos;

IV - Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar com a Administração Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da Punição ou até que seja promovida a Reabilitação.

14.2. As Multas eventualmente incidentes serão aplicadas à CONTRATADA nos seguintes Percentuais:

I - Multa de **5% (cinco por cento)** sobre o valor total do Contrato, por ocorrência, nos casos de:

a) Prestação de serviços em desacordo com as condições e especificações constante na Proposta;

b) Recusa em corrigir qualquer serviço rejeitado pela CONTRATANTE, caracterizando-se a recusa por parte da CONTRATADA, caso a correção não se efetive nos 02 (dois) dias que se

CCUBO R



CNPJ: 13.187.745 / 0001 - 53
NIRE: 2930006886 - 1

seguirem à data da comunicação formal da rejeição, independentemente das demais sanções cabíveis;

- c) Deixar de acatar orientações e procedimento previamente estabelecidos;
- d) Retardar o atendimento de pedido de esclarecimentos ou reclamações;
- e) Deixar de manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de Habilitação e Qualificação exigidas no Processo Administrativo;

II - Multa de **10% (dez por cento)** sobre o Valor Total do Contrato no caso de:

- a) Inexecução parcial do ajuste;
- b) Ocorrência de dano ao patrimônio público, causado por ação ou omissão da CONTRATADA, sem prejuízo do dever de reparar os danos causados;
- c) Apresentação de declaração ou documentação falsa, comportamento inidôneo ou realização de fraude fiscal;
- d) Infração a qualquer cláusula ou condição do Contrato, não especificada nas outras alíneas desta cláusula, e aplicada em dobro na sua Reincidência, independentemente das demais Sanções cabíveis.

III - Multa de **20% (vinte por cento)** sobre o Valor Total do Contrato na hipótese de Inexecução Total do Ajuste ou Infração(ões) que resultar(em) na Rescisão do Contrato.

14.3. As Penalidades são independentes e a aplicação de uma Multa não exclui a possibilidade de aplicação de outra Penalidade, podendo ser aplicadas à Contratada juntamente com a de Advertência, Suspensão Temporária do Direito de Participar de Licitação com a Administração e/ou Impedimento de Licitar e Contratar com o Poder Público.

14.4. As Multas previstas nesta Cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da Responsabilidade de Perdas e Danos decorrentes das Infrações cometidas.

Cláudio R



CNPJ: 13.187.745 / 0001 - 53
NIRE: 2930006886 - 1

14.5. Da aplicação das Multas previstas nesta Cláusula DAS PENALIDADES, caberá Recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme o disposto no artigo 95, do RILC.

14.6. Sendo necessário recorrer aos meios Judiciais ou Administrativos, responderá a CONTRATADA pelo ressarcimento integral das Despesas, inclusive Honorários Advocatícios.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS DE RESCISÃO CONTRATUAL

15.1. O presente contrato extinguir-se-á pela implementação do seu tempo final, com o integral cumprimento das obrigações pactuadas, e, poderá ser rescindido, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigações pactuadas, e especialmente pela ocorrência das hipóteses previstas no artigo 152 do RILC, com as consequências indicadas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Bahia Pesca, cujos dispositivos a **CONTRATADA** declara reconhecer, submetendo-se, irrestritamente, a todas as determinações estabelecidas.

15.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à **CONTRATADA** o direito à prévia e ampla defesa.

15.3. A **CONTRATADA** reconhece os direitos da **CONTRATANTE** em caso de rescisão administrativa prevista no art. 154, §3º do RILC.

15.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA MATRIZ DE RISCOS

16.1. Na hipótese de ocorrência de qualquer evento que venha interferir a plena execução do

Cauê X



CNPJ: 13.187.745 / 0001 - 53
NIRE: 2930006886 - 1

presente contrato, deverá a CONTRATADA informar à CONTRATANTE no prazo máximo de um 01 (um) dia útil, após o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:

- a) Detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;
- b) As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;
- c) As medidas que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;
- d) As obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e,
- e) Outras informações relevantes com vistas a plena execução do presente contrato.

16.2. As partes não poderão ser responsabilizadas pelo não cumprimento de suas obrigações sob este Contrato em decorrência de Casos Fortuitos ou Eventos de Força Maior que impeçam, temporária ou definitivamente, o cumprimento de quaisquer dessas obrigações, conforme disposto do Código Civil Brasileiro.

16.3. A parte que pretender se valer da Exoneração prevista nesta Cláusula deverá informar a outra, de Imediato e por Escrito, da ocorrência do Caso Fortuito ou Evento de Força Maior, informando também o prazo estimado de duração do referido Evento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS ANTICORRUPÇÃO

17.1. Se o CONTRATANTE identificar que o CONTRATADO tenha participação em práticas corruptas, fraudulentas, coercitivas ou obstrutivas, na licitação ou na execução do Contrato, o CONTRATANTE poderá, após 15 (quinze) dias da notificação ao CONTRATADO, cancelar o fornecimento de acordo com os termos do contrato, bem como nas disposições sobre rescisão, aplicando esta rescisão conforme os termos dos subitens da referida Cláusula.



Cláudio A



CNPJ: 13.187.745 / 0001 - 53
NIRE: 2930006886 - 1

17.2. Para os efeitos desta cláusula:

- a) "práticas de corrupção": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "prática fraudulenta": significa qualquer ato ou omissão de falsificação, inclusive falsidade ideológica, consciente ou inconscientemente, que engana ou tenta enganar, um indivíduo para obter benefício financeiro de outro de qualquer ordem, ou com intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;
- c) "prática colusiva": significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um fim indevido, inclusive influenciar indevidamente as ações de terceiros;
- d) "prática coercitiva": significa prejudicar ou causar danos, direta ou indiretamente a qualquer parte interessada ou a sua propriedade para influenciar de modo incorreto as ações de uma parte;
- e) "prática obstrutiva": deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação de organismo financeiro multilateral, sobre alegações de uma prática de corrupção, fraude, coerção ou colusão; e/ou ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte para que esta não revele qualquer fato que seja de seu conhecimento em relação a questões relevantes para a investigação, ou para impedir que recorra à investigação ou a conduza.

Cauê

17.3. A BAHIA PESCA S.A. rejeitará ou rescindirá o contrato se concluir que o licitante indicado se envolveu, de forma direta ou por meio de um agente, em prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva ou obstrutiva ao concorrer ao contrato em questão;

17.4. Se algum funcionário do CONTRATADO tiver envolvimento em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante a licitação ou durante a execução do contrato esses profissionais devem ser retirados da equipe imediatamente.

17.5. O CONTRATADO deverá permitir, e fará seus Subcontratados e Subconsultores permitirem, que o a BAHIA PESCA S.A. e/ou pessoas designadas pela BAHIA PESCA S.A. possam





CNPJ: 13.187.745 / 0001 – 53
NIRE: 2930006886 – 1

inspecionar o local e todas as contas e registros relativos à execução do Contrato e a apresentação da proposta, e ter as contas e registros auditados por auditores designados pela BAHIA PESCA S.A., se o mesmo solicitar.

17.6. O Contratado e seus Subcontratados e Subconsultores devem observar com atenção a cláusula sobre 17.1.1, que prevê, nomeadamente, que os atos destinados a impedir materialmente o exercício de inspeção da BAHIA PESCA S.A. e do direito de efetuar auditoria prevista nesta Sub-cláusula constituem uma prática proibida e sujeita a rescisão do contrato, bem como a uma determinação de inelegibilidade, de acordo com as normas legalmente aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS GARANTIAS

18.1. Não se aplica.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. A CONTRATANTE reserva-se o direito de suspender temporariamente a execução deste Contrato, quando necessário por conveniência dos serviços ou da BAHIA PESCA S.A., respeitados os limites legais e os direitos assegurados à CONTRATADA.

19.2. A BAHIA PESCA S.A. poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

19.3. Todas as Comunicações relativas ao presente Contrato serão consideradas como aceitas, se efetuadas por escrito, mediante protocolo, com exceção feita às alterações das condições contratuais, os quais requererão Aditivos a ser redigido, pactuado entre as partes e devidamente publicado pelo CONTRATANTE.

19.4. A tolerância, por qualquer das Partes, quanto ao descumprimento das condições aqui estipuladas, representará mera liberalidade, não podendo ser invocada como novação Contratual



Caio R



CNPJ: 13.187.745 / 0001 - 53
NIRE: 2930006886 - 1

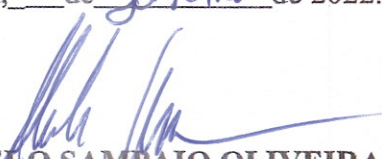
ou renúncia de direitos, que poderão ser exercidos pela Parte que se sentir prejudicada, a qualquer tempo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

20.1. As Partes Contratantes elegem o Foro da **Comarca de Salvador**, Estado da Bahia, para dirimir eventuais controvérsias oriundas deste Contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as Partes firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas Testemunhas abaixo assinadas, nomeadas e identificadas, obrigando-se por seus herdeiros ou sucessores, a qualquer título.

Salvador/BA, 26 de junho de 2022.


MARCELO SAMPAIO OLIVEIRA
DIRETOR PRESIDENTE
CONTRATANTE


VALTER ANDRADE DA SILVA JUNIOR
DIRETOR TÉCNICO
CONTRATANTE


NORTE ICE COMÉRCIO DE GELO LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

CPF: 0214352180-80

CPF: 887505405-30

Rita de Cassia da Silva Faria Rosseto

Daniela Blanesco Soares Brito